

ATA NÚMERO 157/XII (3.ª)

Aos onze dias do mês de março de 2014, pelas 17 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Provedor do Telespectador da RTP, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

Pelo facto de o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a presente reunião foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão.

Dando início à audição, o Senhor Presidente em exercício da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Jacinto Serrão, deu as boas-vindas ao Provedor do Telespectador da RTP, Jaime Fernandes, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Usou da palavra o Provedor do Telespectador, que começou por dizer que o texto da exposição de motivos da proposta de lei n.º 195/XII (3.ª) era quase tão perfeito que se atrevia a dizer que, se tudo for cumprido, no futuro poderemos ter uma televisão e rádio públicas com qualidade, e que a paz regressará finalmente à RTP; sublinhou, também, que a empresa precisa de uma organização cuidada e precisa, e que se tem de adaptar às novas tecnologias; que o Conselho Geral Independente (CGI) poderá vir a reorganizar a empresa pública de rádio e de televisão por um longo período de tempo (talvez os 16 anos de vigência do contrato de concessão); que concorda com o fim da indemnização compensatória; que a publicidade é um conteúdo rentável, mas que tem grandes dúvidas que os serviços internacionais e a cooperação estejam ao abrigo deste novo tipo de financiamento; que a RTP não tem de acompanhar necessariamente o mercado das audiências mas, sim, de ser uma empresa inovadora e marcar a sua diferença em relação às televisões privadas, e concentrar todas as suas mais-valias na construção de uma série de conteúdos e numa imagem que tenha claramente a ver com o serviço público.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Mónica Ferro (PSD), Agostinho Santa (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP).

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) colocou questões sobre o novo contrato de concessão, os estatutos, o financiamento e a prestação de um serviço público com qualidade; a existência de delegações regionais; os Centros Regionais dos Açores e da Madeira e o Centro de Produção do Norte; a dimensão do serviço público e o enfoque no serviço de proximidade; a redução de produção própria e a quantidade de conteúdos produzidos; e as perspetivas para a RTP2.

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) perguntou ao Provedor do Telespectador se o que estava consignado nas propostas de lei correspondia às suas expectativas, e se os meios previstos eram os adequados ao exercício das suas funções, e qual era o grau de preocupação dos telespectadores em relação a esta matéria.

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS) colocou questões acerca do CGI e da desgovernamentalização/despartidarização da empresa, e perguntou se têm havido queixas sobre esta matéria; do possível conflito de competências entre os diferentes órgãos; do financiamento e da qualidade do serviço público prestado pela televisão e rádio; do possível modelo para a RTP Internacional e para os operadores regionais; da independência e das garantias de autonomia editorial, de informação e de programação; da produção própria e interna; e da tendência de internacionalização dos serviços.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se à forma como está pensado e estruturado o CGI e à sua independência do Governo e do ciclo político; ao possível reforço de colaboração e intervenção entre os Provedores, o Conselho de Opinião e o CGI para um melhor funcionamento da empresa; ao financiamento da RTP e à CAV; à descompressão da RTP2 e à dispersão do caderno de encargos do serviço público; à componente formativa do serviço público de rádio e de televisão públicas; e, por fim, à estratificação da programação da RTP1, RTP2 e à vocação específica de cada um dos canais.

O Provedor do Telespectador respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que os centros regionais têm merecido pouca atenção por parte da empresa, e que é necessário fazer grandes investimentos, sobretudo no Centro Regional dos Açores; que seria bom que estes Centros pudessem dar um

contributo para a emissão nacional; que é positivo que tenha acabado a indemnização compensatória para financiar a RTP em território continental, mas que deveria haver uma outra forma de indemnização compensatória ou uma outra forma de financiamento para o reforço da capacidade financeira destes Centros e para a cooperação e RTP Internacional, elo de ligação entre os portugueses e os cidadãos portugueses espalhados pelo mundo e um instrumento de promoção do País.

Adiantou, ainda, que a RTP devia apostar em manter um núcleo fiel de telespectadores, pelo qual é responsável, e tentar alargar esse leque através da produção própria; que a RTP2 tem de ser um canal temático generalista e que pode ter um papel marcante no novo serviço da RTP; que, enquanto Provedor, tem os meios adequados ao desempenho das suas funções; que nada tem a apontar aos diplomas legislativos apresentados pelo Governo; que não recebe queixas dos telespectadores acerca da governamentalização da RTP; que com o CGI passará a haver uma estratégia de futuro, um plano estratégico e alguém que o supervisione e pensa que essa entidade independente poderá ser decisiva no melhoramento da empresa; que o CGI pode e deve dispor de um bom apoio da parte dos Provedores; que a externacionalização dos serviços nada poderá ter de positivo para a empresa; que vê como muito positiva a possibilidade de o Conselho de Opinião ter um representante dos trabalhadores.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP) e Agostinho Santa (PS), tendo o Provedor do Espectador respondido no final às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140311_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada pelas 18 horas e 25 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(JACINTO SERRÃO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
André Pardal
Carla Cruz
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Maria da Conceição Caldeira
Mónica Ferro
Raúl de Almeida
Hélder Amaral

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório
Hermínia Azenha
Isabel Oneto
João Portugal
Lídia Bulcão
Pedro Delgado Alves
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
Mendes Bota
Paulo Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014.